

# PERMANÊNCIA E EVASÃO ESTUDANTIL NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA

Francismeiry Cristina de Queiroz <sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo pretende analisar os dados de evasão referente ao número de matrículas dos cursos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, ofertadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Cuiabá Bela Vista. Os cursos são realizados na modalidade de educação a distância (EAD), financiados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tem o objetivo de formação de educadores em parceria com estados e municípios. A UAB é ligada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência vinculada ao Ministério da Educação, que apoia esses cursos de formação à distância com uso de novas tecnologias da informação, comunicação e ambientes virtuais. Este tipo de modalidade de educação, na conjuntura atual, está presente em todo território brasileiro, por várias agências públicas, privadas e/ou multilaterais, mas o recorte deste artigo é o ensino superior público. Esta modalidade faz parte do contexto de expansão do ensino superior brasileiro, marcado por algumas particularidades evidenciadas na transição política das décadas de 1980 para 1990. Vale ressaltar que a concepção de educação aqui tratada é a dela como direito social, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988. Este trabalho, objetiva além de trazer reflexões sobre os dados de evasão, a partir das informações coletadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), período de 2021 a 2023, vai analisar os documentais institucionais, tais como Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), Projeto Pedagógico Institucional (PDI), que apontam sobre as políticas de atendimento aos estudantes, como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e as legislações pertinentes no que se refere a permanência estudantil nesses cursos, que é um dos grandes desafios para as instituições públicas de nível superior. Nesse processo cabe uma organização administrativa com sistematização e diálogos sobre possibilidades para permanência de estudantes nos cursos de licenciatura.

**Palavras-chave:** Educação a Distância, Permanência Estudantil, Evasão.

## INTRODUÇÃO

A política educacional superior no Brasil, passou e passa por profundas mudanças, tanto nos aspectos de funcionamento quanto em sua estrutura, em geral desde a década de 1990. Essa trajetória é marcada por disputas societárias nos diversos níveis e modalidades de educação, tanto na questão da visão de educação como direito e também na visão de educação como formação de mão de obra mercantil, que atravessam as várias dimensões da vida dos sujeitos, principalmente a social e a do trabalho. Instauram contradições e crises às quais com

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, [francismeiry.queiroz@gmail.com](mailto:francismeiry.queiroz@gmail.com)

a mundialização do capital, fragiliza a regulamentação dos espaços públicos de pensar as práticas pedagógicas e o reconhecimento do sujeito em suas dimensões.

Após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que traz um detalhamento do sistema educacional brasileiro. Fica enfatizado a universalidade da política de educação, que na modalidade superior se expandiu principalmente para atender os campus mercantis de lucro, e o ensino a distância está dentro deste propósito.

A partir de 2003, foi criado um arcabouço jurídico, ou seja, um GT ministerial para elaborar um documento chamado Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira, criado pelo presidente Lula, sendo um dos resultados deste documento a proposta da educação a distância.

Portanto, a partir de 2005 e 2006, foram promulgadas legislações que regulamentam o artigo 80 da LDB, com relação ao ensino a distância e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um consórcio de instituições para oferta de cursos a distância, a partir do Fórum das Estatais pela Educação, em 2005.

A UAB é ligada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma agência vinculada ao Ministério da Educação, que apoia esses cursos de formação à distância com uso de novas tecnologias da informação, comunicação e ambientes virtuais. Este tipo de modalidade de educação, na conjuntura atual, está presente em todo território brasileiro, por várias agências públicas, privadas e/ou multilaterais, mas o recorte deste artigo é o ensino superior público.

Nos apontamentos da democratização da educação superior, a discussão é de aumento de ofertas para ingresso, tido como oportunidades. Nesse processo foram adotadas medidas de financiamento, de formações de professores, de ações afirmativas, de assistência estudantil, dentre outras. E principalmente para redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas.

Assim, trataremos nesse texto, considerando esse movimento, de expansão e democratização do ensino superior, os dados de evasão referente ao número de matrículas dos cursos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, ofertados pelo IFMT e os desafios no atendimento com relação as políticas estudantis e de assistência estudantil, visto que apesar da importância do programa UAB, são muitas as críticas dos movimentos estudantis e sindicais, e há necessidade dessa análise da evasão para avaliação da efetividade do programa.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo, trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, a partir da problemática evidenciada, relacionada a evasão e a permanência estudantil dos cursos de licenciatura. Traz dados quantitativos que dão possibilidades de análise e interpretação e possuem o objetivo de “fornecer respostas ao problema proposto para investigação no sentido mais amplo” Gil (2011).

Inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas, através de artigos e textos que discutem a temática, com intuito de uma aproximação acerca do tema. Foram realizadas leituras de documentos institucionais oficiais e Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Em seguida foram coletados dados a partir da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), no período dos anos de 2021 a 2023, com objetivo de analisar os dados quantitativos das matrículas e dos concludentes, enfatizando a taxa de evasão que ocorreram nesse período.

Os resultados obtidos foram analisados de forma crítica, considerando o compromisso em não ferir as questões éticas na elaboração deste trabalho, evidenciando os desafios e as possibilidades do ensino na modalidade a distância, pois, segundo Duarte (2021), “o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos se efetiva de maneira tão mais consistente quanto mais esse ensino esteja fundamentado na concepção de mundo materialista, histórica e dialética”.

Esta modalidade de ensino faz parte de vários estudos, envolvendo na maioria das vezes a expansão do acesso a educação superior. Todavia o próprio processo traz sentidos múltiplos, pois cortes orçamentários e as condições econômicas, de estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas, refletem na evasão e permanência dos estudantes.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No Brasil presenciamos o crescimento da EaD como um dos modelos da expansão do ensino superior, seja público ou privado. As legislações favorecem esse perfil de crescimento via EaD em todas as modalidades de cursos, que acompanham essa dinâmica, inclusive as licenciaturas.

Ao considerar a Rede Federal de Educação Profissional e Técnica nesse processo, a qual está inserido os Institutos Federais, foi criada a UAB, a partir do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com os seguintes objetivos:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV – ampliar o acesso à educação superior pública;

V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006b).

A EaD, conforme Libâneo (2011), busca estender os espaços educacionais, reconhece a escola como espaço privilegiado da atividade educacional, tendo condições de oferecer um sistema tecnológico que amplie seu potencial didático-pedagógico.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. Barreto (2010).

Entretanto, o IFMT apesar de já trabalhar com o programa UAB, em 2019, criou o Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD), que tem o objetivo de consolidar as políticas institucionais da EaD no IFMT. O CREaD tem uma equipe multidisciplinar que atende a todos os programas relacionados a EaD, inclusive a UAB. Nesse sentido, foram criados os NeaD em todos os campi do IFMT, sendo uma unidade vinculada ao Departamento de Ensino dos Campi, supervisionada pelo CREaD, que tem como finalidade dar suporte acadêmico aos cursos, programas e projetos educacionais de ensino, pesquisa e extensão em EaD ou que envolvam o uso das tecnologias de informação e comunicação, previsto em seus projetos pedagógicos, tanto na modalidade a distância como na modalidade presencial, este último caso necessitem.

Vale ressaltar que a concepção de educação aqui tratada é como direito social, no seu sentido amplo enquanto política pública, mas pertencente a um espaço de disputa. Nesse sentido, Pimenta (2023), ressalta que “os processo educativos compete desenvolver

capacidades nos sujeitos para, a partir dessa relação dialógica com os outros, transformarem as condições de existência individual e coletiva”.

Assim, a educação em todas as modalidades, tem como pilar fundamental a formação dos sujeitos de direitos, embasado da universalização de acesso, permanência e êxito. Nesse sentido, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFMT, aponta questões relacionadas aos princípios e diretrizes do processo educacional da instituição. Este documento, baseado nas legislações da educação, é pautado pela missão da instituição que é *educar para vida e para o trabalho*, e tem nas licenciaturas o objetivo de formar professores que atuarão na educação básica.

No PPI, consolida ações assistenciais por meio dos auxílios estudantis, como uma das ações mais importantes para a permanência dos estudantes e enfrentamento da evasão escolar. Cabe ressaltar a importância das equipes multidisciplinares para articular programas e projetos que atendem os estudantes. Sobre evasão, Dore (2011), aponta que são três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar, conforme segue,

- 1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior;
- 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras;
- 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais.

De acordo com Bueno (1993) “a evasão pode estar significando uma postura ativa do aluno que decide se desligar por sua própria responsabilidade”. Já a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1996), realizada pelo MEC, “a evasão dos cursos de graduação considerada é a de saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”.

A evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos, análises, e vários conceitos, tais como mobilidade, evasão de curso, de instituição ou do sistema.

Muitas pesquisas e debates relacionados a evasão e programas com objetivo de permanência estudantil, partem do que se apresentou no Plano Nacional de Educação 2014-2024, conforme *Meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18*

*(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.*

Novamente esses itens aparecem no Plano atual 2024-2034, como estratégia para a meta 14 Qualidade da Graduação – Estratégia 14.1: *“Fortalecer as ações de regulação e supervisão, por meio do aperfeiçoamento normativo e da ampliação da capacidade institucional, considerados a diversidade dos cursos, as características das áreas de conhecimento, as exigências formativas para o graduado, o perfil das instituições e as modalidades de oferta – presencial e ensino a distância –, com o objetivo de induzir a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, inclusive com o estabelecimento de parâmetros de qualidade para a oferta do ensino a distância”.*

Dessa forma, políticas institucionais e sociais concretas são necessárias com ações emergenciais no que tange a minimizar a evasão e incentivar a permanência dos estudantes de licenciatura nas instituições de ensino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Iniciamos este diálogo a partir dos cursos de licenciatura que o IFMT Campus Cuiabá Bela Vista possui que são os cursos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, na modalidade EaD.

Como evidenciamos, a evasão corresponde a uma multiplicidade de fatores e dinâmicas institucionais e políticas, que dependem da realidade de funcionamento, planejamento, estabelecimento de objetivos de cada curso e instituição.

Após as pesquisas e análises nos PPC's de ambos os cursos, os mesmos trazem no seu texto, as Políticas de Controle de Evasão Escolar, que reconhece a evasão como um fenômeno complexo, evidenciam necessidade de investigar os motivos que levam a ocorrência desse fenômeno, que é grande o desafio em lidar com a evasão, que a evasão pode ser de ordem intraescolar ou extraescolar, que a Comissão de Permanência e Êxito da instituição buscam medidas para conter a problemática, que a instituição tem projetos de nivelamento e de recuperação da aprendizagem dentre outros.

Ao analisar os dados via PNP, com relação a evasão, dos cursos de Licenciatura, temos observado que, no IFMT segue o que é observado a nível nacional, ou seja, grandes taxas de evasão e retenção, como observa-se nas tabelas abaixo:

<b>Situação de Matrícula - Cursos de Licenciatura em Química - IFMT – 2021 a 2023</b>				
<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Em Curso (Em Fluxo / Retido)</b>	<b>Evadidos (Cancelado / Desligado / Transferido)</b>	<b>Concluintes</b>
2021	576	563	9	4
2022	662	530	80	52
2023	316	214	86	16

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

<b>Situação de Matrícula - Cursos de Licenciatura em Matemática - IFMT – 2021 a 2023</b>				
<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Em Curso (Em Fluxo / Retido)</b>	<b>Evadidos (Cancelado / Desligado / Transferido)</b>	<b>Concluintes</b>
2021	679	546	133	Sem dados*
2022	507	365	7	135
2023	375	216	137	22

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). \*Não possui dados na PNP.

De acordo com a esses dados, evidenciam que a quantidade de evadidos com relação a ao número de matriculados é enorme, e corresponde o que algumas pesquisas nos informam que a taxa de evasão na modalidade EaD está mais alta que nos cursos presenciais, e ainda maior nas instituições privadas.

Com relação as taxas de evasão, a PNP nos mostra os seguintes dados:

<b>Taxas de Evasão – Cursos de Licenciatura em Química - IFMT – 2021 a 2023</b>			
<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Evadidos</b>	<b>Taxa de Evasão</b>
2021	576	9	27,22%
2022	662	80	12,08%
2023	316	86	27,22%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

<b>Taxas de Evasão – Cursos de Licenciatura em Matemática - IFMT – 2021 a 2023</b>			
<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Evadidos</b>	<b>Taxa de Evasão</b>
2021	679	133	19,59%
2022	507	7	1,38%
2023	375	137	36,53%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Ao analisar as taxas de evasão, é importante destacar que o curso de Licenciatura em Química, vem sendo ofertado nesta modalidade desde 2006 quando teve sua autorização de funcionamento. Já o curso de Licenciatura em Matemática, teve sua autorização em 2018. Entretanto, de acordo com o Censo da Educação Superior, a taxa de conclusão anual dos cursos EaD do IFMT, com relação ao indicador de trajetória é de 14%, no período de 2021 a 2023.

Mesmo não sendo intuito deste diálogo, mas é importante ressaltar as questões de gênero e raça que permeiam este processo de análise. Isso porque como diz Cisne e Santos (2018), “as diversidades apresentam natureza complexa, pois envolvem situações concretas da vida singular dos indivíduos bem como dos sujeitos políticos de direitos”. A partir das informações obtidas, no curso de Licenciatura em Química, em 2021, com relação a raça, incluindo pretos e pardos, dos 160 ingressantes, apenas 02 concluíram o curso. Em 2022, dos 166, apenas 13 concluíram o curso. Já em 2023, dos 65, apenas 06 concluíram o curso. E com relação ao gênero, ambos os cursos tem predominância do gênero feminino, na faixa etária de 35 a 39 anos.

Como já evidenciado sobre as políticas de evasão e os dados obtidos, é importante destacar que apesar da instituição ter polos de atendimento presencial para apoio, equipes mínimas para atendimentos, estrutura de tutorias, estágios e setores para a organização administrativa, cabe evidenciar que há necessidade de ações efetivas e práticas para permanência dos estudantes, tais como, laboratórios com equipamentos atualizados, acolhimento psicossocial e psicopedagógico para além apenas do pedagógico, com programas que atendam dificuldades de aprendizagem, sociais e financeiros, um plano real e concreto de permanência e êxito, que quantifique e qualifique os dados obtidos em pesquisas, mapeando e



compreendendo a evasão como um todo, auxílios estudantis conforme prevê a Política de Assistência Estudantil do IFMT, que não tem contemplado os estudantes da EaD, projetos de cursos atualizados conforme as pesquisas de mercado de trabalho e Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de Cursos atuantes, desenvolvimento de ações preventivas ligadas a projetos de ensino, inserção profissional e diálogos constantes com egressos, para que retornem a instituição no sentido de formação continuada, articulação com estudantes de forma a participarem ativamente da organização do curso, formação continuada dos professores, principalmente a respeito dos temas transversais e diversidades, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um grande desafio realizar um atendimento ao estudante de forma integral, que priorize a inclusão social, o acesso, a permanência, ou seja, a sistematização das ações desenvolvidas dentro desses processos. A todo momento novas requisições estudantis são perceptíveis, principalmente com relação a saúde mental que requer um atendimento diferenciado. É necessário considerar um atendimento de caráter amplo, contudo é sabido que a evasão é um fenômeno multicausais, que podem ser observados interna ou externamente a instituição. Portanto, mesmo com avanços, o cenário atual é adverso, no sentido principalmente de recursos financeiros.

Assim, entendemos que há necessidade de qualificar os dados quantitativos com pesquisas sob o olhar dos estudantes para o crescimento e fortalecimento dos cursos. Nesse sentido, não tendo pretensão de esgotar esta discussão, precisamos ultrapassar a concepção simplista da educação que vai solucionar todos os problemas do mundo, para uma perspectiva de refletir coletivamente sobre as dificuldades e com base nessas reflexões construir uma base sólida de atendimento aos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel Goulart. **A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior**. Disponível em: Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010.

Acessado: 28/01/2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, Fonte: D.O.U de 05/10/1988, pág. nº 1. Data de Publicação: 05 de Outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Acessado em: 24/01/2025

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Fonte: D.O.U de 23/12/1996, pág. nº 27833. Data de Publicação: 23 de Dezembro de 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>  
Acessado em: 24/01/2025

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Fonte: D.O.U de 26/06/2014, pág. nº 1. Data de Publicação: 26 de Junho de 2014. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13005&ano=2014&ato=8b4gXWE9ENVpWT136>  
Acessado em: 24/01/2025

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Projetos/Ato\\_2023\\_2026/2024/PL/pl-2614.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm)  
Acessado em: 24/01/2025

BUENO, José Lino Oliveira. **A evasão de alunos**. Paidéia, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, 5, Agosto/ 1993.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social** / Silvana Mara Morais dos Santos. – São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8)

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. – 2 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2023** IFMT, Cuiabá-MT, 2016. Disponível em: [https://dsplan.ifmt.edu.br/media/filer\\_public/63/1c/631c7841-c062-4a57-af08-0929bb65c0fe/atualizacao\\_do\\_pdi\\_2019-2023\\_ifmt.pdf](https://dsplan.ifmt.edu.br/media/filer_public/63/1c/631c7841-c062-4a57-af08-0929bb65c0fe/atualizacao_do_pdi_2019-2023_ifmt.pdf)  
Acessado em 26/01/2025

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 10. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

LONGREZZI, Andréa M; PIMENTA, Selma G; PUENTES, Roberto V. (orgs). **Didática Crítica no Brasil**. - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2023.